

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do João Daniel, Marcon, Valmir Assunção, Nilto Tatto e Patrus Ananias)

Solicita informações à Senhora Tereza Cristina, Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), referente a divulgação da paralisação do programa de reforma agrária.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, sejam solicitadas informações à Senhora Tereza Cristina Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), referente a divulgação da paralisação do programa de reforma agrária.

JUSTIFICAÇÃO

O site repórter Brasil noticiou no dia 20 de março que o Programa de Reforma Agrária por orientação do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, General João Carlos de Jesus Corrêa, foi suspenso por tempo indeterminado.

“Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país

Por Daniel Camargos e Ana Magalhães | 28/03/19

Pela segunda vez neste ano, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) suspendeu a reforma agrária por tempo indeterminado no Brasil. Uma ordem do general João Carlos de Jesus Corrêa enviada nesta quarta-feira (27) para os superintendentes regionais do instituto determina a “expressa suspensão” das vistorias nos imóveis rurais.

Sem as vistorias não é possível desapropriar os imóveis e, conseqüentemente, criar novos assentamentos. A primeira tentativa do governo do presidente Jair Bolsonaro de paralisar a reforma agrária aconteceu três dias após a posse, conforme revelou a Repórter Brasil. Com a repercussão negativa, o governo recuou.

O memorando enviado ontem pelo general Corrêa argumenta que a suspensão das vistorias em imóveis rurais deve-se à redução orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, “evitando-se a expectativa de compromissos que não poderão ser cumpridos”, justifica no documento. A suspensão afeta de forma imediata pelo menos 250 processos de aquisição de terras para assentamentos rurais, segundo informações do instituto.

O casal Osvalinda e Daniel vivem no Projeto de Assentamento Areia criado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) em 1998. (Foto: Lilo Clareto / Repórter Brasil)

Entre 2018 e 2019, o orçamento destinado à aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária reduziu 50%, saindo de R\$ 83,7 milhões para R\$ 42 milhões. Em 2015, o valor destinado a aquisição de imóveis era de R\$ 800 milhões.

O pedido de “expressa suspensão” das vistorias de imóveis rurais confirma a atuação do Incra neste ano. Segundo o órgão, nenhum assentamento foi criado e nenhum imóvel desapropriado nos dois primeiros meses do governo Bolsonaro. O Incra tem atuado apenas na segunda etapa da reforma agrária, que é a legalização de terras já desapropriadas e emissão de títulos definitivos de posse da terra. Em janeiro e fevereiro, foram emitidos 105 títulos de posse e 2.587 contratos de concessão de uso da terra.

Para os funcionários do Incra ouvidos pela Repórter Brasil, que não se identificam pois temem retaliações, a estratégia significa o fim da reforma agrária, pois não transfere a propriedade de terras improdutivas para as famílias sem-terra.

A secretaria especial de Regulação Fundiária do Ministério da Agricultura informou que a paralisação é uma “questão temporária e orçamentária”. Segundo a secretaria, foi constatado R\$ 1,2 bilhão de passivos judiciais e o pagamento dessa dívida tem prioridade em relação a outros processos.

Corte de cargos e de superintendências

Os servidores do Incra atribuem a suspensão da reforma agrária ao secretário especial de Regulação Fundiária do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, que articulou contatos entre Bolsonaro e produtores rurais durante a campanha eleitoral.

Nabhan Garcia é presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR). A entidade foi protagonista nos enfrentamentos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, há 20 anos.

Sob a gestão de Nabhan Garcia, o Incra criou um grupo de trabalho para formular a nova estrutura da entidade e reduzir 30% dos cargos. O objetivo seria limitar a estrutura a uma superintendência por estado – mudança que extinguiria duas superintendências regionais no Pará, a de Santarém e a de Marabá.

A superintendência de Santarém foi criada após a morte da missionária Dorothy Stang, em 2005. Somente em Anapu, onde Dorothy atuou, 16 trabalhadores rurais foram assassinados nos últimos três anos. Já a de Marabá surgiu após o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, quando 19 trabalhadores rurais ligados ao MST foram assassinados por policiais militares.

“Ao distanciar o órgão da realidade local, os movimentos sociais são afastados”, afirma o advogado e professor universitário, José Vargas Junior, que atuou na defesa das famílias vítimas de outro massacre, o de Pau D’arco – onde 10 trabalhadores rurais foram mortos por policiais civis e militares em abril de 2017. A cidade também está na área de atuação da superintendência de Marabá.

Além do presidente do Incra, outro oficial do exército foi escolhido por Nabhan para fazer parte do órgão: trata-se do coronel João Miguel Souza escolhido para comandar a ouvidoria agrária. Uma das primeiras medidas do ouvidor foi proibir o diálogo com entidades como o MST. Três dias depois, o Incra recuou, após recomendação contrária do Ministério Público Federal que apontou uma série de ilegalidades na medida”.

Diante este levantamento solicitamos as seguintes informações:

- 1) Qual o número de processos de vistorias que foram abertos com o objetivo de vistoriar áreas para o Programa de Reforma Agrária. Informar o número por ano de abertura do processo no período de 2016 a 2019.
- 2) Qual o orçamento do Incra para a ação de vistorias de áreas para a reforma agrária?
- 3) Qual e a meta de vistorias planejada pelo Incra para o Ano de 2019?
- 4) Qual o número de processos de desapropriações que estão tramitando no Incra? Nestes processos as vistorias já foram realizadas?
- 5) Qual o número de processos em que já foram ajuizadas ações de desapropriações? Já foram emitidas TDAs e depositados os valores das benfeitorias? Discriminar por imóvel. Qual o número de imissões de posses que o Incra realizou em 2018? Informar por Estado
- 6) Os projetos de assentamentos já foram criados? Informar por Estado.
- 7) As famílias foram selecionadas?
- 8) Existem projetos de assentamento que fora criados mas as famílias não foram selecionadas? Informar por Unidade da Federal e qual o ano da criação do projeto de assentamento.
- 9) Qual a meta de famílias assentadas em novas áreas e de regularização em assentamentos antigos?

Sala das Sessões, em de abril de 2019.

PATRUS ANANIAS

Deputado Federal-PT/MG

JOÃO DANIEL

Deputado Federal- PT/SE

MARCON

Deputado Federal – PT/RS

Valmir Assunção

Deputado Federal – PT/BA

NILTO TATTO

Deputado Federal – PT/SP